



O programa do Movimento das Forças Armadas e as origens dos “três Dês” de Abril

*Entrevista com o almirante Manuel Martins Guerreiro,
por Annarita Gori e Ricardo Roque*

Nesta entrevista, os editores deste número da *Análise Social* conversam com o almirante Manuel Beirão Martins Guerreiro, um dos protagonistas do Movimento das Forças Armadas (MFA), sobre a história do programa do MFA, dando especial atenção ao percurso do conceito dos “três Dês” antes e depois do primeiro dia da Revolução de Abril de 1974.¹ Oficial de carreira da Marinha, Manuel Martins Guerreiro formou-se na Escola Naval e prestou serviço na guerra em Angola e na Guiné, entre 1962 e 1964. Posteriormente, foi selecionado para frequentar o curso de Engenharia Naval e Mecânica em Génova, que concluiu em 1969. Ao longo da sua carreira, desempenhou um papel central na organização do movimento político no seio da Marinha, que viria a contribuir decisivamente para a preparação do 25 de Abril de 1974 – intervenção pela qual foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade. Participou nos principais órgãos do MFA e, no período revolucionário, integrou o Conselho da Revolução, desde a sua criação, em 1975, até à sua dissolução, em 1982.

*

¹ A entrevista decorreu em duas ocasiões, em julho e outubro de 2025, no Clube Militar Naval, em Lisboa.

ANNARITA GORI / RICARDO ROQUE (AG / RR) *Gostaríamos de começar por lhe pedir que contextualizasse um pouco o seu envolvimento nas preparações do 25 de Abril. Que papel desempenhou neste processo? Onde se encontrava no dia da Revolução? E de que modo é que este evento, tão significativo na história do país, marcou também a sua trajetória pessoal – incluindo a sua projeção no espaço público no período subsequente?*

MANUEL MARTINS GUERREIRO (MMG) O meu papel no 25 de Abril não se refere propriamente ao dia da revolução, em si, mas sim ao processo que a antecedeu. Como já referi noutras ocasiões, o movimento na Marinha teve início, de forma organizada, cerca de quatro anos antes, em 1970. A reunião fundadora ou, digamos, a mais significativa, teve lugar nesse ano, em casa de um camarada, o João Soeiro. A partir daí, realizaram-se outros encontros, nomeadamente no Clube Militar Naval, cuja sede, à época, se situava no Marquês de Pombal. No entanto, já durante os anos de 1968 e 1969, o clube foi palco de intensa atividade associativa, o que contribuiu para amadurecer entre nós a ideia de que era necessário dar um passo em frente e transformar a intervenção cultural que já existia em compromisso político. Esse compromisso foi formalizado em 1970, na reunião que acabei de mencionar, onde estiveram presentes 27 ou 28 oficiais.

O objetivo político que definimos foi claro: contribuir para o derrube do regime. Assim nasceu uma estrutura de oficiais da Marinha, composta por jovens com ligações operacionais às unidades navais, e também organizados segundo as suas zonas de residência. Existiam núcleos em Lisboa, na linha de Oeiras-Cascais, dois grupos na margem sul e um outro na zona de Vila Franca de Xira.

Quando o Movimento dos Capitães se constitui formalmente, em setembro de 1973, esta rede já estava organizada e em funcionamento. Havia, inclusive, várias unidades navais onde existiam oficiais integrados no movimento e que, de certo modo, já se encontravam em sintonia com os objetivos traçados.

Foi neste contexto que, no dia 25 de Abril, a fragata que tinha recebido a ordem de intervir contra as forças comandadas por Salgueiro Maia acabou por não cumprir essa ordem. Conseguimos controlar e neutralizar a fragata, impedindo qualquer ação contra o movimento. O compromisso que estabelecemos com Otelo [Saraiva de Carvalho] foi precisamente esse: o de garantir que nenhuma unidade da Marinha agiria contra o Movimento das Forças Armadas. Esse compromisso não implicava uma participação ativa em termos operacionais, mas assegurava a neutralização de qualquer oposição interna dentro da Marinha.

Importa também sublinhar que, antes de existir um programa político claro, havia entre nós alguma reserva quanto ao rumo do movimento. Defendíamos

que uma intervenção militar, para ser legítima e consequente, teria de assentar num programa político definido. Caso contrário, corria-se o risco de uma deriva autoritária – nomeadamente, à direita –, risco que estava efetivamente presente na altura. A partir de determinado momento, foi assumido o compromisso de que o movimento teria de assentar num programa político, e empênhámo-nos na sua definição.

AG/RR *Porque diz ter existido, nessa altura, risco de uma deriva autoritária à direita?*

MMG Se não tivéssemos programa político, realmente era fácil essa deriva porque bastava haver uma pessoa de perfil mais autoritário, quer por parte do [general António de] Spínola, quer ainda mais à direita por parte do [general] Kaúlza de Arriaga que, antes de o programa estar definido, tentou aliciar os capitães (o Kaúlza teve uma reunião com dois capitães, com o Sousa e Castro e o Rosado da Luz, no Alentejo, salvo erro). Portanto, com um programa feito, com um programa bem definido, é evidente que depois já era mais difícil sair das linhas do programa. Nós, na Marinha, batemo-nos para que houvesse um programa. O Melo Antunes também se bateu para que houvesse um programa.

Nesse contexto, realizaram-se encontros entre representantes da Marinha e o major [Ernesto] Melo Antunes com o objetivo de definir as linhas gerais desse programa. Foi então estabelecido um conceito político de base, cabendo a Melo Antunes a redação do primeiro esboço. Posteriormente, constituiu-se um grupo de trabalho encarregado de concluir a redação final do documento. Entretanto, Melo Antunes partiu para os Açores e continuámos a trabalhar sobre esse projeto político, que viria a tornar-se o Programa do MFA. Mas as linhas gerais deste programa foram combinadas entre mim e o Melo Antunes, numa reunião que tivemos em minha casa, em fevereiro de 1974. Tivemos um excelente entendimento.

AG/RR *Como se deu essa reunião?*

MMG Eu e o Melo Antunes não nos conhecíamos até ao dia em que eu, o Contreiras e o Melo Antunes fizemos uma reunião num contacto e acertámos logo as agulhas. Nós fazímos reuniões em Algés, na [pastelaria] Nortenha. Na segunda reunião (dessa vez, o Contreiras não pôde aparecer), o Melo Antunes e eu estávamos sentados a uma mesa do café. Mas havia mais mesas ali ao pé e as pessoas olhavam para nós. Então eu disse ao Melo Antunes: “A minha casa é já aqui perto. Vamos até minha casa.” E daí fomos para minha casa continuar a conversa.

O Melo Antunes elaborava muito as suas ideias. Era uma coisa curiosa: falava como escrevia. Fazia sempre um discurso muito elaborado, como se estivesse a escrever. Recordo que nessa reunião em minha casa o Melo Antunes começou

a explicar, explicar, explicar... eu ia falando na instauração da democracia, e ele também – mas ele avançava mais, já com ideias na direção do socialismo. Ele estava sentado a um estirador onde, ao lado, eu tinha uma estante com livros. A certa altura, olhou para a estante e viu lá os seis livros do Congresso da Oposição Democrática: os cinco livros das teses e mais as conclusões. Ele disse: “Tu tens estes livros aqui?!” “Sim, tenho”, disse eu: “Até estive no Congresso da Oposição Democrática em 1973.” “Ah, sim? Então e estás de acordo com isso?” “Estou.” E o Melo Antunes: “Se estás de acordo, escuso de estar para aqui a gastar o meu latim!” [risos] “Então estamos de acordo”, disse eu: “As linhas gerais são as da instauração de um regime democrático em Portugal. Depois, o que isso avançar logo se vê.” Portanto, foi a partir daí que o Melo Antunes fez a sua redação. Ele tinha a ideia clara do que era o regime democrático – e até do que ele seria mais para a frente. Aliás, eu, nessa altura, em minha casa, disse-lhe assim: “Estamos ainda numa fase anterior. Isso do socialismo logo vem lá mais para a frente.”

AG/RR *Qual era o vosso grau de liberdade para fazerem estas reuniões do movimento? Sentiam-se controlados?*

MMG A PIDE controlava. Mas a nós, militares, não controlava. A PIDE tinha respeito aos oficiais. A PIDE não se metia com os oficiais. Mesmo sabendo que havia o Movimento dos Capitães – é evidente que sabia –, a PIDE não controlava o movimento. Podia fiscalizar um ou outro indivíduo, mas não controlava tudo.

AG/RR *Portanto, não foi feito totalmente em clandestinidade...*

MMG Não. Isso é uma fantasia, porque saíram notícias nos jornais, até o *Expresso* fez notícias... Agora, nós tínhamos certa liberdade porque éramos oficiais. Se nós fôssemos civis tínhamos sido presos rapidamente; se fôssemos sargentos ou praças também tínhamos sido apanhados. Era a questão de sermos oficiais. A PIDE, os serviços de informações, eram sempre dirigidos por oficiais do Exército. O [Fernando da] Silva Pais [último diretor da PIDE] era militar, era major. Daí eles terem um certo respeito. Claro que não chegavam a pensar que a nossa atividade depois tivesse este desenvolvimento. Além disso, sabiam que nós estávamos ligados ao Spínola e ao Costa Gomes e a PIDE tinha uma certa confiança no Spínola. Aliás, o próprio Spínola mantinha contactos com a PIDE. Pouco depois do 25 de Abril, a 27 de abril julgo eu, o Spínola nomeou um novo diretor para a PIDE. O diretor só não tomou posse porque um jornalista que estava lá, e que estava com os militares, viu chegar um carro preto com um indivíduo e foi perguntar quem era. “Eu sou o novo diretor!”, respondeu ele. O jornalista informou-nos logo, e nós, os militares: “Não pode ser. Qual novo diretor! A PIDE é para acabar!”

AG/RR *Mas naquele momento também conseguiram ter contactos com a oposição política?*

MMG Sim, mas não combinámos nada com a oposição política. O contacto indireto foi este: o programa do Congresso da Oposição Democrática e as ideias que tinham saído desse congresso. Ao fazermos o programa do movimento, sabíamos que ele estava em sintonia com as ideias do Congresso da Oposição Democrática. Portanto, tínhamos a noção de que seria apoiado pela oposição democrática. Mas nunca falámos previamente com ninguém, com nenhum dirigente político. Não houve contactos. Entre nós funcionávamos relativamente bem. E esse facto de ser um movimento só no âmbito militar também ajuda a perceber a razão de a PIDE não se ter intrometido tanto. Se nós mantivéssemos contacto com dirigentes políticos da oposição democrática, a PIDE viria a saber e tivemos o cuidado de não o fazer.

AG/RR *Ao consultarmos o Programa do MFA no arquivo da Presidência da República, verificamos que se trata de um texto cuidadosamente elaborado, com diversas passagens riscadas ou alteradas ao longo do seu desenvolvimento. É visível que não se tratou de um mero exercício formal, mas de um debate aprofundado sobre os seus conteúdos. Como decorreu este debate e quais foram os principais pontos de discussão? Como se chegou à versão final do programa, tal como hoje o conhecemos, e que propostas ou conteúdos acabaram por ser excluídos da versão final?*

MMG O programa político resulta de diversos contributos, sendo possível identificar pelo menos três distintos que foram harmonizados. No que diz respeito à Marinha, já tínhamos elaborado vários documentos. Há também um contributo de Melo Antunes e outro de oficiais do Exército, que igualmente procuraram redigir os seus próprios textos. O texto final resultante dos contributos que acabei de referir constitui o programa original do MFA e foi aquele que entreguei para publicação no jornal *República* no dia 25 de abril de manhã – essa era a minha missão no dia da revolução –, tendo sido publicado na segunda edição do dia seguinte.² Todavia, a versão que se encontra no arquivo da Presidência da República³ é ligeiramente diferente daquela que entreguei e que foi publicada a 26 de abril no jornal *República*. Está assinada pelos membros da Comissão Política. Reconheço as assinaturas do coronel Vasco Gonçalves,

² “O Programa do Movimento”, *República*, 26 de abril de 1974, 2.ª edição [disponível online: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRA/REPUBLICA/1974/Republica_25Abr1974_3Ed/Republica_25Abr1974_3Ed_item1/index.html].

³ “Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas”, PT/PR/AHPR/CM/CM0205/1720/012 [disponível online: <https://www.arquivo.presidencia.pt/viewer?id=7281&FileID=315367&recordType=Description>].

do [almirante] Vítor Crespo, do [comandante Carlos de] Almada Contreiras e do [primeiro-tenente] Mário Teles.⁴ A reunião que estabeleceu o texto desta versão emendada teve lugar precisamente em casa deste último na noite de 25 de abril. Já quanto às emendas introduzidas verifica-se desde logo que houve, por exemplo, uma reformulação da palavra “metrópole”, palavra que era utilizada na linguagem de carácter mais corporativo, e que aqui é substituída por “Portugal continental”. O texto com essas emendas foi depois publicado no *Diário de Lisboa* no dia 27 de abril e foi esta a versão que se tornaria definitiva, passando daí em diante a ser aceite e conhecida como o “Programa do Movimento das Forças Armadas”.⁵

AG/RR É interessante notar como certas palavras, típicas do discurso corporativo do regime, surgem quase automaticamente no texto, mas são corrigidas num segundo momento, assinalando que a mudança política implicava também uma transformação na linguagem.

MMG Precisamente. Ler o documento [conservado no Arquivo Histórico da Presidência da República] é, de facto, acompanhar o próprio processo de reformulação. Dou outro exemplo muito claro, a propósito dos secretários-gerais. O texto ainda utiliza a designação “províncias ultramarinas”, e não “colónias”. Regista-se ainda uma anotação manuscrita em que os governadores são apresentados como já tendo sido demitidos, com as suas funções a passarem para os secretários-gerais. Ou seja, percebe-se aqui uma mudança que se reflete tanto na terminologia adotada como na forma de descrever a distribuição das funções. Isso percebe-se também no que diz respeito à Direção-Geral de Segurança, que correspondia à antiga PIDE e que, de acordo com o proposto, seria reestruturada e saneada, passando a organizar-se como Polícia de Informação Militar, enquanto as operações militares assim o exigissem. Trata-se, no entanto, de uma medida acrescentada mais tarde, concretamente na noite de 25, durante a reunião com os elementos da Junta de Salvação Nacional. Ao consultar o documento publicado na segunda edição do jornal *República*, de 26 de abril, encontra-se a cópia integral do acordo a que tínhamos chegado originalmente. E percebe-se que não corresponde integralmente ao texto [definitivo, com as modificações] que hoje se encontra no arquivo da Presidência da República. Trata-se, no fundo, de um documento de trabalho, ainda em elaboração. A versão final [publicada finalmente no dia 27 de abril] mostra que

4 O documento é assinado também pelo tenente-coronel Manuel da Costa Braz e pelo coronel Vítor Alves.

5 “Programa do Movimento das Forças Armadas”, *Diário de Lisboa*, 27 de abril de 1974 [disponível online: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04791.009#!1>].

o texto original sofreu algumas alterações em pontos importantes. Um deles, como já referi, diz respeito à PIDE/DGS. No ultramar, tínhamos inicialmente proposto a sua extinção, mas na conversa com a Junta de Salvação Nacional ficou decidido que não poderia ser o caso. No ultramar não se podia extinguir a PIDE/DGS porque, nesse contexto, funcionava como polícia militar de informações, uma vez que a guerra colonial não tinha ficado resolvida no dia 25 de abril e ainda teria de ser negociada com os movimentos.

Além disso, a criação da própria Junta de Salvação Nacional não partia da ideia de reconhecer imediatamente a independência. Por isso, ficou estabelecido que a PIDE/DGS seria apenas reestruturada. O segundo ponto de alteração foi precisamente este: no texto inicial reconhecíamos que os povos das colónias tinham direito à autonomia e à independência, e esse aspecto acabou por ser modificado.

AG/RR *Porque não havia um acordo entre todos?*

MMG Não, a Junta de Salvação Nacional não estava inteiramente de acordo. O general Spínola não queria isso. O que ele defendia era a criação de uma federação entre as colónias e a metrópole. E, de facto, talvez essa solução tivesse sido viável dez anos antes, no início da guerra – ou até mesmo antes de a guerra começar, nos anos 60. Mas naquela altura já não era possível. Se olharmos para o documento [presente no Arquivo Histórico da Presidência da República], vemos que a parte onde se falava no “reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação, e a adoção acelerada das medidas tendentes à autonomia administrativa e política das províncias ultramarinas, com efetiva e ampla participação das populações autóctones” – tudo isso foi riscado e acabou por ser retirado. E foi retirado precisamente porque não houve acordo. Esse ponto foi removido na conversa com a Junta de Salvação Nacional, na noite de 25. Foi uma das últimas coisas a serem eliminadas.

AG/RR *Em que medida a experiência do envolvimento nas guerras influenciou este momento? E até que ponto já havia contactos entre os oficiais militares portugueses e os movimentos de libertação nacional em África?*

MMG Os contactos foram posteriores.

AG/RR *Não houve contactos prévios?*

MMG Na Guiné houve, efetivamente, contactos anteriores, porque o processo de entendimento estava mais avançado. Aliás, se o próprio Movimento dos Capitães de Abril nasce a 9 de setembro de 1973 aqui em Portugal, houve também na Guiné um embrião semelhante. Os dois movimentos nasceram ao mesmo tempo, mas surgiram de forma paralela e autónoma.

AG/RR *E como chegaram à definição do desenvolvimento, da democratização e da descolonização como eixos centrais? Estas eram reconhecidas como as três grandes linhas do programa, mas, ao consultá-lo, percebemos que nunca surgem enunciadas desse modo – não está propriamente formulada a ideia dos “três Dês”.*

MMG Essa ideia dos “três Dês” foi relativamente simples e resultou de uma síntese feliz feita pelo general Costa Gomes para explicar o programa do MFA, embora o programa não estivesse propriamente elaborado em blocos A, B e C. Foi ele que apresentou essa formulação, resumindo o essencial do programa que está aqui: o estabelecimento de uma democracia em Portugal. Nesse sentido, havia várias medidas muito claras, como a eleição de uma Assembleia Constituinte, a formação de um governo com elementos da oposição democrática e, depois, a realização de novas eleições. Portanto, estava definida uma via democrática para constituir um governo em Portugal. O segundo ponto era o desenvolvimento, o que implicava estabelecer uma economia diferente da que existia, capaz de promover efetivamente o progresso do país. E, finalmente, o terceiro ponto: a descolonização, que é o processo de autonomia e independência das colónias. Assim se consolidava a tríade: democratização, desenvolvimento e descolonização, embora o programa nunca nomeie essa tríade explicitamente. Agora, o que importa salientar é que esses “três Dês” são contínuos. Não se trata de medidas para executar num ano ou em dois anos. O desenvolvimento do país é um processo que não termina, é algo que continua ainda hoje, tal como o de democratização. O mesmo processo de enriquecimento e de alargamento da democracia também tem de continuar. O que nós não permitiríamos seria o retrocesso. Mas a verdade é que a democracia portuguesa, hoje, ainda não é tão desenvolvida como idealizámos na altura. O objetivo era que fosse uma democracia participativa, em desenvolvimento permanente. E o próprio processo do MFA, em 1974-75, o chamado “Verão Quente”, traduz exatamente essa lógica. Esse caminho podia ser mais rápido ou mais lento, mais formal ou menos formal. Mas seriam as diversas forças políticas e sociais em confronto que acabariam por determinar o ritmo do processo. Não havia, da nossa parte, uma definição prévia a dizer “tem de ser assim” ou “tem de passar por estas etapas”. O que estava definido era, isso sim, um quadro geral que permitisse o desenvolvimento, fosse da democracia, da economia do país ou da autonomia e independência das colónias.

Hoje há quem diga que o programa do MFA não foi concluído. Mas isso é natural, porque o programa do MFA nunca poderá ser concluído: trata-se de um programa assente em princípios, e os princípios têm de ser continuamente aplicados aos contextos e às condições reais do país.

Não podemos afirmar que, do ponto de vista democrático, Portugal atingiu o cúmulo. Ainda há progresso a fazer. A única dimensão que efetivamente

chegou ao fim foi a descolonização, com as independências dos novos países. Mas também se poderá dizer que as independências dos novos países não progrediram tanto quanto se esperava. Mas isso é um problema dos respetivos povos. É a questão da construção dos seus próprios regimes, tal como em Portugal temos o desafio da construção da nossa democracia e do nosso desenvolvimento. Cada povo tem o seu caminho, e a democracia, em qualquer país, faz-se sempre por etapas, com avanços e recuos. É nesta perspetiva que se entende que o programa está a ser cumprido, porque foi um programa pensado para o futuro.

Agora, depende de nós, aqui em Portugal, saber aplicar esse regime democrático, promovendo um desenvolvimento que traga mais felicidade às pessoas, menos diferenças e menos desigualdades. Se, pelo contrário, as desigualdades aumentarem, isso significa que algo está a falhar no desenvolvimento da economia e da democracia.

AG/RR *O programa é, então, algo que simultaneamente foi cumprido e que precisa de ser continuamente mantido.*

MMG Exatamente. Os ideais de Abril não são apenas para Abril: são para sempre, são para o futuro. E é por isso que Abril tem um valor simbólico extremamente importante, não só em Portugal, mas também no mundo. Quando se fala dos valores de Abril, fala-se exatamente disso: do desenvolvimento permanente da democracia, na melhoria contínua das condições de vida das pessoas e na construção de uma sociedade mais igualitária, com maior capacidade de realização humana e com melhores condições para todos.

AG/RR *Fez os seus estudos em Génova, cidade condecorada com a Medalha de Ouro da Resistência e que no verão de 1960 foi o palco de um grande protesto contra o partido filo-fascista Movimento Sociale Italiano.⁶ A experiência de estudar em Itália, país que viveu intensamente a luta antifascista – e mais especificamente em Génova – influenciou, de algum modo, a sua decisão de combater o regime em Portugal?*

MMG Estudei em Génova porque, de dois em dois anos, os dois oficiais da Marinha com as melhores classificações eram selecionados para realizar o curso de engenharia naval nessa cidade. A engenharia naval em Génova era considerada uma das melhores da Europa, e a Itália possui uma tradição muito forte na arquitetura naval e na construção de navios – por isso, a Marinha

⁶ O Movimento Sociale Italiano (MSI) foi um partido político fundado em 1946 por antigas figuras importantes do fascismo italiano, com orientação neofascista, nacionalista e conservadora.

portuguesa começou a enviar para lá os seus oficiais, uma prática que se iniciou na Primeira Guerra Mundial e foi retomada depois da Segunda Guerra Mundial.

Já quanto à influência da cultura política de Génova sobre a formação dos engenheiros navais portugueses em geral, diria que foi variável. Pessoalmente, tendo experienciado a guerra colonial na Guiné, cheguei a Génova com uma certa sensibilidade política já formada. Concretamente, tinha a consciência de que a guerra colonial não era a solução, do ponto de vista militar, e que o problema representado pelos movimentos nacionalistas em África – na Guiné, em Angola e em Moçambique – exigia um outro tipo de solução.

Mas é evidente que sim, que Génova teve influência na minha formação política. Em Génova, tive acesso a todos os clássicos do marxismo. Li tudo, vi tudo. E na universidade vivia-se um ambiente aberto, de discussão e de debate. Isto não significa que se tratasse de um ambiente de esquerda – havia pessoas de direita, também. Aliás, os oficiais da Marinha portuguesa eram imediatamente procurados pelo MSI, o Movimento Sociale Italiano.

AG/RR *Isto porque havia uma disputa entre o MSI e o PCI (Partido Comunista Italiano) por Génova, que era um símbolo político muito importante.*

MMG Isso mesmo. E como éramos os oficiais da Marinha de um regime ditatorial, o MSI aproximava-se de nós e tentava influenciar-nos. Comigo não tiveram qualquer sorte. Acabaram por desistir. Mas também havia elementos civis portugueses a estudar em Génova, alguns dos quais mais tarde seguiram para a política. Nós não tínhamos um compromisso político definido como esses rapazes o tinham. Mas tínhamos acesso a todas as ideias. Por isso, quando voltei a Portugal, e quando criámos o Movimento dos Oficiais da Marinha, já se tinha tornado claro que era preciso criar uma solução política para a guerra colonial. Tanto para que a guerra terminasse como para democratizar o país. No estrangeiro, sentia-se muito o desprestígio de existir um regime fascista em Portugal. Tivemos muito contacto com França, por exemplo, onde foram construídos oito navios, quatro submarinos e quatro fragatas portuguesas no final dos anos 60. Quando aconteceu o Maio de 68 havia aproximadamente mil militares da Marinha portuguesa que passaram por França e que faziam parte da guarnição dos oito navios, por isso passaram por esta experiência.

AG/RR *Onde?*

MMG Nas cidades portuárias de Toulon e de Brest. Principalmente em Brest, onde decorria a maior parte do trabalho de construção. Como havia uma missão da Marinha em permanência em Brest, e com as guarnições dos navios que iam e vinham dos portos, os oficiais mantinham-se em contacto. Em Itália, eu

mantinha contacto com os camaradas que estavam em França, e como resultado disso tínhamos um horizonte aberto do ponto de vista político. Era evidente para nós que a ditadura portuguesa era um desprestígio internacional, que tinha de acabar. Por isso, sim, a experiência do Maio de 68 foi importante. Ninguém gostava que o seu país fosse visto como algo inacreditável ou arcaico. Era desprestigiante. Quando dizíamos que éramos portugueses, riam-se imediatamente de nós. Diziam-nos: “Então, um regime fascista em Portugal? E vocês não fazem nada quanto a isso?” Havia sempre alguma pequena provocação deste género.

AG/RR *Mencionou o Maio de 68 e o movimento estudantil em França. Qual foi a relação dos participantes do MFA com o movimento estudantil italiano e francês, e com as ciências sociais em particular? Quais eram as vossas leituras e como é que se relacionavam com os estudantes em protesto?*

MMG Enquanto estudantes no estrangeiro, nós tivemos a oportunidade de participar de alguns processos diferentes. Havia sempre muitas reuniões e muitos debates intelectuais, políticos e, sobretudo, de natureza cultural. Apresentações e debates em torno de livros de interesse político, por exemplo, que eram muitas vezes organizados na livraria Feltrinelli.⁷ Fossem estes de autoria italiana, francesa, o que fosse. Portanto, havia, de facto, uma grande prática de leitura e de debate de ideias. O que não havia entre os oficiais era um compromisso organizativo, embora julgue que com alguns colegas civis a situação tenha sido diferente. As nossas ideias eram as da época, as ideias do momento. A experiência checoslovaca, por exemplo, com a Primavera de Praga, foi algo que acompanhámos com muito interesse. Essa acabou por falhar por completo, porque a União Soviética cometeu, a meu ver, o erro gravíssimo de impedir o florescimento de uma democracia de base, e de facto construída a partir de baixo. Em vez disso, reprimiu o processo e subordinou-o por completo à lógica do Partido.

AG/RR *Como é que definiria a revolução portuguesa tendo em conta este contexto europeu?*

MMG A revolução portuguesa insere-se nessa mesma lógica, na medida em que consiste na concretização, a partir da base, de um processo democrático

7 As livrarias Feltrinelli estão ligadas à editora homónima fundada em 1954 por Giangiacomo Feltrinelli, militante político de esquerda que, em 1970, aderiu à luta armada clandestina num grupo de inspiração guevarista. Nos anos 60, em Itália, a rede destas livrarias não só tornou acessíveis obras de literatura, ensaio político e ciências sociais frequentemente ausentes dos circuitos tradicionais como se transformou também em local de encontro e debate para estudantes, intelectuais e militantes, promovendo uma visão cultural empenhada e internacionalista, contribuindo assim para o clima de efervescência social e política da época.

amplo e altamente dinâmico, sem que este se encontre, à partida, subordinado a qualquer movimento ou partido político. O elemento peculiar é que este se trata de um processo espoletado pelos militares, que assim dão expressão a uma ambição ou aspiração do povo português. Há aquele desenho muito bonito do [João] Abel Manta, em que aparecem todos os líderes da esquerda em frente de um mapa.⁸ Chama-se *É um problema difícil*, porque, de facto, não sabiam como enquadrar o que estava a acontecer em Portugal. Nisso, o 25 de Abril aponta para outro elemento de nota: que não era necessária a politização geral e aprofundada dos seus protagonistas para que o processo revolucionário tomasse forma, tal como não era necessário um só partido, autodenominado enquanto partido revolucionário, ao qual esse processo estivesse subordinado. Não existia, aliás, nenhuma estrutura organizada de oficiais revolucionários na Marinha, no Exército ou na Força Área, mas sim uma estrutura que se propunha a encontrar uma solução democrática para a guerra colonial. Isto porque os militares tinham experienciado diretamente o conflito no ultramar. Sentiam o problema que era a guerra, e queriam que terminasse e se acabasse com o regime. E para que essa solução fosse efetivamente democrática, era necessário que o povo votasse. Era imperativo que houvesse eleições. Entre nós, este era um ponto básico e fundamental. O povo português tinha de se manifestar quanto ao regime que preferia, e tinha de criar uma constituição. O problema que então se coloca é se esse processo avança mais depressa ou mais devagar, mas tal dependeria da própria dinâmica popular e não das ações do MFA.

*A propósito do que diz sobre a mobilização popular, na entrevista que deu recentemente, em abril de 2025, a Ricardo Araújo Pereira, no programa televisivo da SIC Isto É Gozar com Quem Trabalha, há um momento em que afirma que os dois grandes protagonistas da revolução foram os militares e o povo.*⁹

AG/RR É verdade. Os dois heróis da revolução são, de facto, os militares do MFA e o povo português. Juntos, constituíram o binómio motor de todo o processo. É evidente que mais tarde se criaram e organizaram os partidos políticos. Embora o Partido Comunista já existisse, era uma estrutura clandestina e relativamente pequena. Não tinha, de forma alguma, a capacidade de dirigir o processo. Aliás, esta é outra falácia: que o Partido Comunista tenha dirigido

8 Sobre este desenho de João Abel Manta ver também o ensaio visual de Roque neste número.

9 Entrevista de Ricardo Araújo Pereira ao almirante Martins Guerreiro, *Isto É Gozar com Quem Trabalha*, SIC, 27 de abril de 2025. A entrevista encontra-se online (consultado a 17 de setembro de 2025): <https://sic.pt/programas/isto-e-gozar-com-quem-trabalha/videos/2025-04-27-video-almirante-martins-guerreiro-sobre-os-fascistas-e-e-preciso-trata-los-a-chapada-de-facto-31cb2f66>.

o processo português. Nunca o fez. Teve a sua influência, sem dúvida alguma. Mas também outros partidos a tiveram, incluindo o Partido Socialista. Nesse sentido, a influência mais prejudicial, e a que mais condicionou o processo revolucionário português, foi a externa. Nomeadamente, a influência da social-democracia europeia e a interferência americana.

AG/RR *Em que sentido se refere a estes condicionamentos externos?*

MMG Sem o apoio da social-democracia europeia, e seu financiamento, o Partido Socialista não se teria formado. Ou pelo menos, não com a dinâmica com que se formou. Existia o Partido Comunista, é certo, cujo apoio seria do Bloco de Leste. Havia, isso sim, um apoio político ao PS em sintonia com os interesses da NATO [OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte].

Para a NATO, o problema que Portugal representava era o facto de existir, dentro da própria organização, um Estado-membro com um processo revolucionário democrático de base em curso. Considerava-se necessário travar esse processo, e é precisamente aí que entra em jogo a influência económica e política americana. Essa influência condicionava a social-democracia europeia e traduzia-se, em torno, na percepção de que era preciso eliminar o processo português. Entendia-se que era necessário pôr fim ao governo de Vasco Gonçalves, primeiro, e, em última instância, à própria dinâmica revolucionária. Portugal constitua um “mau exemplo”, e expressava uma aspiração partilhada por outros povos: a de construir regimes democráticos amplos e abertos, em que o povo fosse a força determinante. Podemos ver isso na Aliança de Esquerda em França ou no socialismo checoslovaco. E em Portugal quem determinou este processo foram os militares, que o iniciaram, e que o dominaram até à criação de um novo governo com as eleições, e o povo. Até abril de 1976, de facto, é este binómio, seja com mais influência de um lado ou com mais influência de outro, que mobiliza o processo português. Mais tarde, o processo é normalizado e integrado naquilo que podemos descrever como o regime social democrático europeu, já controlado em alguma medida pela lógica da democracia liberal.

AG/RR *Sempre em relação ao papel do povo: sabemos que nasceu em São Brás de Alportel, no distrito de Faro. Tendo crescido numa vila pequena e bastante distante da capital, como pensa a relação entre o centro e as periferias de Portugal continental no contexto da revolução? Considera que o 25 de Abril reduziu, de alguma forma, a distância entre Lisboa e o resto do país? E até que ponto as populações fora da capital foram atingidas pelos efeitos da revolução?*

MMG Diria que houve um corte, sim. Mas sobretudo com a dinamização cultural, ao longo de 1975. Tínhamos plena consciência de que existia uma separação

profunda entre a realidade de Lisboa e a realidade da província. A dinamização cultural visava acelerar o processo na província, através da consciencialização do povo e da sua própria participação no processo revolucionário. Realizaram-se aproximadamente duas mil sessões de dinamização cultural pelo país inteiro, com diferentes elementos do MFA envolvidos – marinheiros, soldados, oficiais, não-oficiais. No contexto desta iniciativa, fez-se também um apelo à votação. Precisávamos de tornar claro que este não se tratava de um processo revolucionário em que um partido simplesmente tomaria o poder e assim se daria por terminada a revolução. Era importante assegurar que as pessoas entendessem que este era um processo de base. A dinamização cultural visa essa consciencialização do povo à escala nacional e da província, em vez de reduzir o processo político à capital. E também no Algarve se fizeram sessões de dinamização cultural.

AG/RR *Parece descrever a dinamização cultural como um processo tanto de desenvolvimento como de democratização.*

MMG Os dois processos não podiam ser dissociados. No concelho de São Brás de Alportel havia sítios que não tinham estradas ou eletricidade, e era isso que as pessoas mais queriam: poderem passar de carro ou de camião pelas estradas e terem água e luz em casa. Na província, esse processo nasceu com o 25 de Abril. Há muitos caminhos rodoviários na área, usados hoje em dia, que foram feitos nessa altura. E foi assim que tomou lugar a dinamização das populações, de modo a que tomassem conta do processo e reivindicassem as suas próprias necessidades. Neste contexto, as Beiras e o Minho eram as zonas mais atrasadas, por serem marcadas por uma grande influência religiosa. Havia uma ligação muito forte à igreja tradicional e à figura do pároco. Na maioria dos casos, estes eram adeptos do regime anterior, ou pelo menos tinham acordos em vigor com o regime: conviviam bem com ele.

Por isso é certo que quando as populações locais viam as pessoas vindas da cidade, como os artistas da dinamização cultural – incluindo jovens de camisa vermelha, a fumar –, terá havido alguns choques. E o mesmo com as peças de teatro: embora estivessem a ser levadas para o contexto da província, eram peças feitas aqui, em Lisboa. Não estavam propriamente adaptadas à mentalidade paroquial. Houve momentos de choque, é certo, e existiam efetivamente estes conflitos.

Mas nós tínhamos sempre presente o conceito da democracia de base. O que o povo decidisse que queria, em contexto de reunião, era o que fazímos. Há um destacamento do MFA em dada área, o padre reúne com as pessoas para saber o que querem, e o que é que elas querem? Querem uma nova casa para o padre. Então constrói-se uma nova casa para o padre.

AG/RR *Quer dizer que havia algum grau de colaboração, entre o MFA e o clero?*

MMG Exatamente. Nem sempre estava em causa a abertura de caminhos, a construção de estradas ou a eletrificação de aldeamentos. Também foram pequenos gestos como este, coisas que não tinham nada de revolucionário e que eram até, em alguma medida, conservadoras. Mas fazíamos o que as pessoas queriam, sem reservas.

Havia um capitão do MFA que era muitas vezes apelidado de comunista. Na verdade, éramos todos vistos como comunistas pelos conservadores, mesmo que não o fossemos. E este capitão tomou uma decisão interessante: como tinha um filho recém-nascido, resolveu fazer a cerimónia de batismo do filho na aldeia. Sim. Ele quis mostrar que não se opunha de qualquer modo à religião, e que também não corresponderia a esse estereótipo do comunista – não andava lá a “comer crianças” ou coisa parecida. Com exemplos como este, as pessoas ganhavam maior consideração e respeito pelos militares.

AG/RR *E tratava-se também um modo de obter a confiança da população.*

MMG Sim. E toda esta dinâmica é muito interessante, porque o MFA conseguiu o que nenhum partido político conseguiu. Os militares tinham esta capacidade de mobilização porque tinham feito o 25 de Abril e isso era prestigiante. Havia um certo respeito. Mas também tinham ligações diretas ao povo e conheciam a mentalidade da província – tal como eu a conheci no Algarve. Uma mentalidade relativamente conservadora e, quanto muito, social-democrata.

AG/RR *Imaginamos que já lhe tenham feito muitas vezes esta pergunta. Mas, em espírito de balanço, queríamos perguntar-lhe qual pensa ser o papel do Programa do MFA hoje, qual pensa ser afinal o futuro dos “três Dês” de Abril, em Portugal? E qual a função futura dos capitães de Abril?*

MMG A Associação 25 de Abril é, de certa forma, a herdeira dos capitães de Abril. Hoje até tem mais civis do que militares, mas mantém nos estatutos esse papel de transmitir a memória. E, diria eu, tem também um lado mais idealista: ser depositária dos valores da revolução e referência para o futuro. Estas são dimensões contempladas pelo próprio programa do MFA, na medida em que contém um conjunto de valores. A democracia é um valor que nunca se esgota. É um valor em permanência. Tal como o é o desenvolvimento económico do país, o desejo de maior igualdade e de redução das desigualdades, ou a necessidade de realização pessoal. Trata-se de valores que estão no programa e que não desaparecem. Nunca poderemos dizer que o programa do MFA está esgotado ou que está realizado. Tal como a democracia, o programa é um valor, constitui uma referência que deve servir de inspiração para o futuro e para as novas gerações.

Desejamos, isso sim, é que a sociedade portuguesa se oriente pelos valores e ideais de Abril e que os coloque em prática. Que haja maior solidariedade e maior igualdade. Que haja mais possibilidades de cada indivíduo atingir aquilo que considera justo para a sua própria vida e para a da sua família. E sabemos que isso, a ser feito, terá de ser feito de forma articulada e conjunta, e nunca pela mão de um indivíduo só. É aí que reside o valor do coletivo, que o MFA foi capaz de compreender. Não um círculo fechado sobre si próprio, formado de modo a dominar os demais. Mas sim um coletivo aberto a todos e à participação de todos.

NOTAS BIOGRÁFICAS

ANTÓNIO DE SPÍNOLA (1910-1996) foi general do Exército português, tendo exercido as funções de governador e comandante-chefe das forças na Guiné entre 1968 e 1973. Figura central no movimento que conduziu ao 25 de Abril de 1974, assumiu a Presidência da República após a revolução, cargo que exerceu até setembro do mesmo ano, demitindo-se na sequência de um confronto político com os setores à sua esquerda. Depois de se ter exiliado em Espanha e no Brasil, regressou a Portugal depois do 25 de Novembro de 1975.

CARLOS ALMADA CONTREIRAS (1930-2021) foi capitão-de-mar-e-guerra da Marinha portuguesa e membro do Movimento das Forças Armadas. Participou activamente no 25 de Abril de 1974 e na redação do programa do MFA, tendo tido papel de relevo na rendição de Marcello Caetano no Quartel do Carmo. Exerceu diversos cargos, entre os quais conselheiro de Estado, conselheiro da Revolução e diretor do SDCI.

ERNESTO MELO ANTUNES (1933-1999) foi oficial do Exército português, tendo cumprido três comissões militares na guerra travada em Angola entre os anos 60 e o início dos anos 70. Foi coautor e principal redator do programa do MFA, e após o 25 de Abril de 1974 integrou a respetiva comissão coordenadora. Exerceu vários cargos ministeriais nos governos provisórios.

KAÚLZA DE ARRIAGA (1915-2004) foi general do Exército português, destacando-se como uma das principais figuras militares durante o Estado Novo. Comandou as forças portuguesas em Moçambique entre 1970 e 1973, no contexto da guerra colonial. Próximo do regime de Marcello Caetano, foi posteriormente afastado do comando e, após o 25 de Abril de 1974, manteve posições políticas conservadoras e críticas face ao processo revolucionário.

MANUEL DA COSTA BRAZ (1934-2019) foi coronel de artilharia do Exército português, com três comissões em África (duas em Angola e uma na Guiné). Participou na preparação do 25 de Abril e na elaboração do programa do MFA. Posteriormente, exerceu funções governativas como ministro da Administração Interna nos II e III governos provisórios e no V Governo Constitucional. Foi ainda o primeiro provedor de justiça (1975) e desempenhou cargos diplomáticos e de administração pública.

MÁRIO JÚLIO TELES (n. 1934) foi capitão de mar-e-guerra da Marinha portuguesa. Após duas comissões militares em África (Moçambique e Angola), participou ativamente na Revolução de 25 de Abril de 1974, integrou o Movimento das Forças Armadas e foi um dos signatários do programa do MFA.

OTELO SARAIVA DE CARVALHO (1936-2021), nascido em Moçambique, foi alferes e capitão em Angola entre 1961-1963 e 1965-1967, respetivamente, e capitão na Guiné entre 1970 e 1973. Coordenou o planeamento militar da Revolução de 25 de Abril de 1974 e exerceu funções de destaque no MFA. Foi candidato às eleições presidenciais de 1976 e de 1980.

VASCO GONÇALVES (1921-2005) foi general do Exército português e uma das figuras centrais do Movimento das Forças Armadas. Após o 25 de Abril de 1974, exerceu o cargo de primeiro-ministro em 1974 e 1975, chefiando quatro governos provisórios. Em 1976 foi passado compulsivamente à reserva e, a partir daí, afastou-se da atividade política.

VÍTOR ALVES (1935-2011), natural de Mafra e ligado a Torres Vedras, foi coronel do Exército português, membro da Comissão Coordenadora do MFA e um dos principais redatores do seu programa. Exerceu funções governativas como ministro sem pasta nos II e III governos provisórios, tendo proposto a aprovação da primeira Lei de Imprensa no pós-25 de Abril, e como ministro da Educação no VI Governo Provisório impulsionou a criação das Universidades dos Açores, da Madeira e da Universidade Aberta. Foi membro e porta-voz do Conselho da Revolução (1979-1982) e em 1989 apresentou-se como candidato independente às eleições europeias.

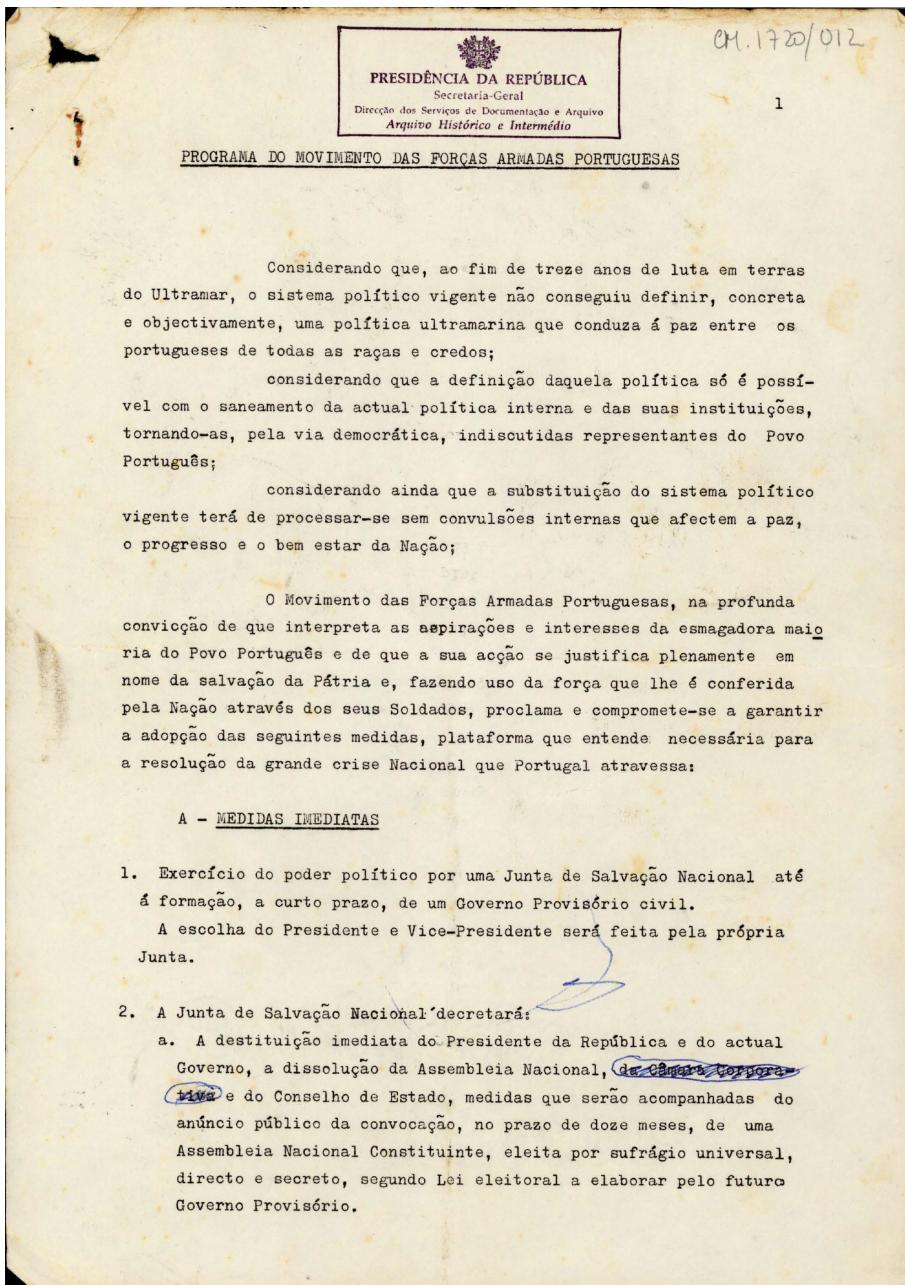
VÍTOR CRESPO (1932-2014) foi oficial da Marinha portuguesa e aderiu ao Movimento das Forças Armadas em 1974. Exerceu funções políticas no período pós-Revolução, tendo sido ministro da Educação e Cultura no IV Governo Provisório. Posteriormente integrou o Conselho da Revolução e foi presidente da Assembleia da República entre 1991 e 1995.

GORI, A., ROQUE, R. (2025), *Entrevista “O programa do Movimento das Forças Armadas e as origens dos ‘três Dês’ de Abril. Entrevista ao almirante Manuel Martins Guerreiro”*. *Análise Social*, 257, LX (4.º), 44081. <https://doi.org/10.31447/44081>.

Annarita Gori » annarita.gori@ics.ulisboa.pt » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-8703-8700>.

Ricardo Roque » ricardo.roque@ics.ulisboa.pt » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-9304-4103>.

**FACSIMILE DO PROGRAMA
DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**



2

- (do continente, governadores dos distritos autónomos nas Ilhas Ultramarinas)*
- b. A destituição de todos os governadores civis na metrópole e governadores gerais nas Províncias Ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular.
- (1) Os governos gerais das Províncias Ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos *Secretários Gerais, que dirigem as Forças investidos nas funções de encarregados do Governo*, até nomeação de novos Governadores Gerais pelo Governo Provisório.
- (2) Os assuntos decorrentes dos governos civis serão despachados pelos respectivos governadores civis substitutos, enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo Provisório.
- c. A extinção imediata da D.G.S., Legião Portuguesa e Organizações políticas de juventude.
- d. A entrega às Forças Armadas dos indivíduos culpados de crimes contra a ordem política instaurada, enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento.
- e. Medidas que permitam a vigilância e o controle rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro.
- f. A amnistia imediata de todos os presos políticos e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos.
- g. A abolição da censura e exame prévio.
- (1) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar o segredo dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão "ad hoc" para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas Leis de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema pelo futuro Governo Provisório.
- h. Medidas para a reorganização e saneamento das Forças Armadas e Militarizadas (CNR, PSP, etc.).
- i. O controle de fronteiras será das atribuições das Forças Armadas, enquanto não for criado um serviço próprio.
- j. Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação.
- (2) No Ultramar, a D.G.S. será reestruturada e saída organizando a Génio, Polícia de Informação, Militares, engajando as operações militares e exigindo*

COMISSÃO POLÍTICA

Vando de Sant'Anna
cor lugr,

Victor Manuel Superior tempo

Mais isto é mais
(CARLOS DE ALMADA CONTRAIRES - CAP.TEN.)

Mário Teles (MÁRIO TELES)

1º Tenente.

Manuel da Costa (MANUEL DA COSTA BRAZ)
Cor. (Manuel da Costa Bra
Cor. 2º Enf. Ofecem

Victor Manuel Rodrigues (Victor Manuel Rodrigues Alves)
2º Enf. Ofecem

Horácio e
costa Neto

B - MEDIDAS A CURTO PRAZO

1. No prazo máximo de três semanas após a conquista do poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição.
 - a. Os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Vice-Chefes do Estado Maior das Forças Armadas, Chefe do Estado Maior da Armada, Chefe do Estado Maior do Exército e Chefe do Estado Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.
2. Após assumir as suas funções, o Presidente da República nomeará o Governo Provisório civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa.
3. Durante o período de exceção do Governo Provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados.
 - a. O período de exceção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa.
4. O Governo Provisório governará por Decretos-Lei que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.
5. O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente:
 - a. A aplicação de medidas que garantam o exercício formal da ação do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos.
 - b. A liberdade de reunião e de associação.
Em aplicação deste princípio será permitida a formação de "associações políticas", possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com Lei especial que regulará o seu exercício.
 - c. A liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma.

- d. A promulgação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema.
 - e. Medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do poder Judicial.
 - (1) A extinção dos "tribunais especiais" e dignificação do processo penal em todas as suas fases.
 - (2) Os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão inscrituidos por juízes de direito e julgados em tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos.
- As averiguações serão cometidas á Policia Judiciária.

6. O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

- a. Uma nova política económica,posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia anti-monopolista.
- b. Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os Portugueses.

7. O Governo Provisório orientar-se-á em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação.

- a. O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8. A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá á Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

- a. Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar.
- b. Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino.
- c. ~~Conceder autonomia administrativa e política aos povos do Ultramar, respeitando os direitos dos povos à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efectiva e larga participação das populações autoctónas.~~
- d. Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza á paz.

C - CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Logo que eleitos pela Nação a Assembleia Nacional Constituinte e o novo Presidente da República, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a ação das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa [redacted] da Soberania Nacional.
2. O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios e os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os Portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas Nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as Nações.

Fonte: Arquivo Histórico da Presidência da República, Casa Militar, Dossiers temáticos PT/PR /AHPR/CM/CM0205/1720/012. Disponível online: <https://www.arquivo.presidencia.pt/viewer?id=7281&FileID=315367&recordType=Description>.

Imagen cedida pelo Arquivo da Presidência da República.